

CHECK LIST
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS¹
(Versão Novembro de 2021)

Legislação: Lei Federal nº 10.520/2002;
Lei Estadual nº 12.986/2006; Decreto nº 32.539/2008 e alterações – Pregão Eletrônico;
Decreto nº 42.530/2015 e alterações– Sistema de Registro de Preços;
Decreto nº 45.140/2017 e alterações - Tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

Trata-se de objeto padronizado pela Procuradoria Geral do Estado? () S () N

Em caso positivo: juntada da “Declaração de Atendimento”, prevista no Anexo Único do Decreto nº 47.467/19, atestando que foram utilizadas as minutas publicadas na página eletrônica da PGE.

1. Edital aprovado pela Procuradoria Consultiva () fls. ____ Parecer CT/CV nº _____ fls. ____;

1.1. Em caso de aprovação com ressalvas, demonstração do cumprimento das condicionantes referentes ao edital () fls. ____;

2. Check list relativo ao Edital () fls. ____;

3. Aviso de publicação do Edital (art. 17, do Decreto nº 32.539/08):

3.1. Diário Oficial do Estado, independentemente do valor () fls. ____;

3.2. Diário Oficial da União, caso haja aporte de recursos federais por transferência voluntária () fls. ____ (Art. 17, §2º, do Decreto nº 32.539/08)

3.3. Internet, independentemente do valor () fls. ____;

3.4. Jornal de grande circulação regional ou nacional (para as licitações cujo valor exceda R\$ 3.000.000,00) () fls. ____

3. Realização do certame pela Central de Licitações do Estado, nos termos do art. 3º do Decreto 42.048/2015 (inciso I - os processos licitatórios e procedimentos administrativos de dispensa e inexigibilidade, independentemente do valor, cujos objetos: a) sejam temas de estudos técnicos elaborados pela SAD; (...) d) sejam objetos padronizados, assim definidos por portaria do Secretário de Administração; e inciso IV - os demais processos de licitação que tenham valor global estimado superior a R\$ 3.000.000,00) () doc. ____, ou autorização excepcional da SAD para que o órgão de origem processe o certame, nos termos do art. 6º, I, do Decreto 42.048/2015) () doc. ____;

4. Houve impugnação ao Edital ou pedidos de esclarecimentos? () fls. ____
Fundamento: _____;

4.1. Resposta à(s) impugnação(ões)/pedidos de esclarecimentos () fls. ____; 4.2. Em decorrência da impugnação, houve alteração nos termos do Edital (e seus anexos)? () 4.2.1. Tais alterações repercutem na formulação das propostas? () Em caso positivo, foi providenciada nova publicação do Edital? () fls. ____;

1 O presente check list pressupõe que a licitação da qual decorreu a ata de registro de preços ocorreu na modalidade de pregão eletrônico

5. Ata da sessão do pregão eletrônico extraída do sistema, contendo os seguintes registros: () fls. ____; a) licitantes participantes; b) propostas apresentadas; c) lances ofertados na ordem de classificação; d) aceitabilidade da proposta de preço; e) licitante habilitado/vencedor; f) licitante inabilitado com indicação do motivo e respectivo item do edital; g) manifestação de interesse de interposição de recurso e respectiva motivação () fls. ____;

6. Houve empresas inabilitadas ou desclassificadas? () fls. ____; Quais _____; Fundamento: _____;

7. Houve recursos administrativos? () fls. ____; Empresa recorrente: _____; Fundamento: _____; Decisão do recurso: fls. ____;

8. Adjudicação pelo pregoeiro ou, em caso de interposição de recursos, pela autoridade competente, com a comprovação da publicação do ato na internet (art. 35, XIII, "b", do Decreto nº 32.538/08) () fls. ____;

9. Homologação do certame pela autoridade competente, com a comprovação da publicação do ato na internet (art. 35, XIII, "b", do Decreto nº 32.538/08) () fls. ____;

10. Proposta de preços apresentada pela licitante vencedora adequada ao lance vencedor: () fls. ____;

11. Documentos de habilitação da licitante vencedora do certame: () fls. ____;

11.1. Habilitação jurídica: () fls. ____;

11.2. Qualificação técnica: () fls. ____;

11.3. Qualificação econômico-financeira: () fls. ____;

11.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede do licitante, ou de seu domicílio OU, no caso de empresas em recuperação judicial, que já tenham tido o plano de recuperação homologado em juízo, certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a licitante está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório. () fls. ____;

11.4. Documentos de regularidade fiscal e trabalhista:

a) inscrição no CNPJ: fls. ____;

b) Fazenda Federal e INSS: fls. ____ - válida até _____;

c) Fazenda Estadual: fls. ____ - válida até _____;

d) FGTS: fls. ____ - válida até _____ e

e) CNDT: fls. ____ - válida até _____;

11.5) Declaração de que não emprega menores de idade (art. 7º, XXXIII): fls. ____;

12. Renovação, por ocasião da assinatura do contrato, dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista da empresa vencedora do certame:

a) Fazenda Federal e INSS: fls. _____ - válida até _____;

b) Fazenda Estadual: fls. _____ - válida até _____;

c) Fazenda Municipal: fls. _____ - válida até _____;

d) FGTS: fls. _____ - válida até _____;

e) CNDT: fls. _____ - válida até _____.

13. Ata de registro de preços chancelada pelo setor jurídico do órgão ou entidade: () fls. _____ ; (no caso de processos que tramitam no SEI, deve ser apontado o documento de aprovação do edital pela assessoria jurídica) 14. Publicação do extrato da ata de registro de preços na imprensa oficial, se esta já estiver assinada () fls. _____